



Aspectualização do ator no discurso jornalístico

Caroline da Silva Paquieli*

Resumo: Este artigo pretende, primeiramente, abordar a atuação do conceito de aspectualização actorial, utilizado pela teoria semiótica de linha francesa (ou greimasiana), no direcionamento argumentativo de um texto jornalístico. Nesse sentido, o objetivo aqui é analisar os modos de presença do enunciador do discurso através das projeções dos julgamentos feitos às ações dos atores do enunciado. As concepções e bases teóricas utilizadas se respaldam nas categorias de *excesso x falta x justa medida*, estabelecidas por Fiorin (1989), a partir das contribuições sobre aspectualização já realizadas por Greimas e Courtés (2008), e em estudos realizados por Discini (2006) e por Gomes (2012a; 2012b, 2014). Outro intuito do presente trabalho está em demonstrar a inter-relação existente entre a modalização e a aspectualização e seus efeitos argumentativos no texto. No entanto, a análise aqui realizada do conceito de aspectualização actorial não fica restrita à discursivização das etapas modais das estruturas narrativas. Ao contrário, a aspectualização do ator no enunciado atinge, neste artigo, um viés mais amplo e discursivo ao ser averiguada também por meio da influência das paixões e das categorias tensivas, propostas por Zilberberg (2006). Desse modo, o desejo é, ao analisar duas notícias sobre o acatamento do pedido de impeachment de Dilma Rousseff pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, veiculadas em jornais online diferentes, examinar como os mecanismos aspectuais atuam na construção dos textos e marcam sua subjetividade.

Palavras-chave: Aspectualização actancial; Teoria Semiótica; Discurso

1 Introdução

O presente trabalho propõe-se a analisar como a aspectualização actorial, noção usada pela teoria semiótica, atua de modo a direcionar argumentativamente o texto, mesmo em gêneros pertencentes ao discurso jornalístico, tão conhecidos por sua aparente neutralidade. Para isso, duas notícias sobre a aceitação por parte do deputado Eduardo Cunha do pedido de impeachment contra a então presidente em exercício Dilma Rousseff serão aqui objetos de análise.

Publicadas nos jornais online *O Globo* e *O Dia*, ambas por volta das 18h40 do dia 02 de dezembro de 2015, as notícias *Cunha aceita pedido de impeachment contra*

DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2018.134305>

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro-RJ). Endereço para correspondência: { carolinepaquieli@gmail.com }.

Dilma (O Globo online, 2015) e *Abandonado pelo PT, Cunha acata impeachment de Dilma Rousseff* (O Dia online, 2015) ilustram como a perspectiva adotada na aspectualização do ator¹ acaba por interferir em toda a orientação interpretativa do texto.

Dessa maneira, para a construção do estudo aqui proposto, serão observados a projeção das categorias de pessoa nos textos selecionados e o ponto de vista sob o qual as ações dos atores do enunciado são apresentadas e julgadas. Nesse sentido, o conceito de aspectualização, em especial de aspectualização actorial, utilizado pela teoria semiótica de linha francesa, será o aporte para uma análise dos observadores circunscritos nas notícias selecionadas.

Cumprir ressaltar, nesse ponto, que os textos veiculados em um jornal são direcionados a um determinado público leitor, construindo, assim, uma representação de seu enunciatário. Nesse mesmo caminho, o jornal também acaba por concretizar um sujeito da enunciação específico, revelado em vestígios presentes no discurso. Um exemplo disso é a diferença na seleção de notícias, na variedade linguística, nas perspectivas dos textos e na escolha vocabular entre os jornais que circulam na sociedade.

Com isso, o interesse deste trabalho é também reiterar a inexistência de um texto neutro, mostrando que a presença de um sujeito da enunciação, inerente a qualquer discurso, deixa marcas, ainda que menos explícitas, tanto no enunciado quanto na própria enunciação. A escolha do gênero notícia para mostrar a visão de um observador que avalia as ações e as transformações dos atores do enunciado, longe de apresentar uma tensão incompatível entre a objetividade exigida pelo gênero e a subjetividade aqui defendida como intrínseca a todo discurso, é, na verdade, um meio de ilustrar que o simulacro de parcialidade se inscreve nos mais variados textos, através, até mesmo, de procedimentos que simulam objetividade.

São esses recursos que produzem efeito de sentido de subjetividade no texto que serão explorados através da análise da aspectualização actancial nas notícias. Para tanto, será necessário entender sua influência na argumentação dos textos selecionados como *corpus* desse estudo.

Com o intuito de cumprir os objetivos desse trabalho — que, ao mostrar como a aspectualização do ator evidencia o modo de presença do enunciatário em um discurso e direciona argumentativamente o texto, visa contribuir com pesquisas mais recentes sobre a aspectualização, em especial a aspectualização actorial —, o artigo divide-se da seguinte maneira: na seção 2, serão discutidos os principais postulados da teoria semiótica utilizados no estudo das notícias, com ênfase no debate sobre a modalização, as paixões e a aspectualização actorial; na parte 3, será desenvolvida a análise de cada notícia selecionada com vistas à percepção de como a aspectualização dos atores produz diferentes efeitos de sentido nos textos,

¹ Para a teoria semiótica, o conceito de ator é explicado pela “junção da sintaxe narrativa (é um actante dotado de programas narrativos) com a semântica discursiva (possui um papel temático)” (GREIMAS & COURTÉS, 2008, p.416). Nesse sentido, embora possam estar em sincretismo no discurso, ator e actante são conceitos distintos, uma vez que actante, por sua vez, é entendido como uma “unidade sintática de base da gramática narrativa, o actante define-se por sua relação predicativa, sua composição modal e sua relação com outros actantes.” (GREIMAS & COURTÉS, 2008, p.415)

ainda que de um idêntico gênero textual e tratando de um mesmo assunto; e, por fim, serão tecidas as considerações finais, no item 4, com base na comparação das notícias para a sistematização do que foi apresentado.

2 Pressupostos teóricos

Os estudos sobre aspectualização em semiótica, embora necessitem e estejam em fase de maior desenvolvimento e estruturação, têm evidenciado ricas possibilidades de análises de textos. Quando se pensa especificamente em pesquisas sobre a aspectualização do ator, as contribuições de Fiorin (1989), de Discini (2006) e de Gomes (2012a; 2012b; 2014) mostram que este conceito atua diretamente na construção de sentido de um texto.

Tal como pode ser percebido nos diferentes estudos citados, neste artigo, a aspectualização do ator será vista a partir tanto da discursivização de categorias modais, quanto de uma perspectiva mais discursiva, concernente às paixões e às categorias tensivas, propostas por Zilberberg (2006).

Nesse sentido, para a análise das notícias selecionadas, alguns conceitos mais específicos da teoria merecem ser tratados mais detalhadamente, o que ocorrerá na próxima seção.

2.1 A modalização, as paixões e a aspectualização actancial na semiótica

O estudo das categorias modais e das categorias aspectuais é bastante amplo na área de pesquisas científicas sobre a linguagem. A principal abordagem dessas categorias, na maioria das obras, reside na esfera de análises relacionadas ao verbo e a outras categorias gramaticais (como advérbios, adjetivos, etc.). Para a teoria semiótica, no entanto, a modalização e a aspectualização são estudadas pela perspectiva do discurso, participando diretamente na estruturação de sentido dos textos. Importantes para o exame das notícias dos jornais online *O Globo* e *O Dia* selecionadas para a análise, esses conceitos merecem aqui uma explicação mais detalhada e abrangente.

A modalização é definida por Greimas e Courtés (2008, p. 314) como “a produção de um enunciado dito modal que sobredetermina um enunciado descritivo” e por Fontanille (2007, p.16) como “predicados que atuam sobre outros predicados (...), que modificam o estatuto de outros predicados”. Assim, entende-se que a modalização proporciona, então, uma mutação nos enunciados de base de uma estrutura predicativa.

O conceito de modalização pode ser examinado tanto no nível narrativo quanto no nível discursivo. Quando estudados no nível narrativo, os quatro predicados modais – *querer*, *dever*, *saber* e *poder* – regem os enunciados narrativos de *ser* e de *fazer*, que agem sobre as formas de modalidades realizantes.

Nessa etapa, as modalidades explicam o encadeamento das narrativas e as tipologias do sujeito. Isso porque, quando relacionadas ao *fazer*, as combinações dessas modalidades criam uma dinâmica de compatibilidades e incompatibilidades que garantem ou suspendem a transformação narrativa. Já quando relacionadas

ao *ser*, o arranjo resultante das sobredeterminações modais pode explicar os estados de alma dos sujeitos em relação a um dado objeto de valor (Fiorin, 2008, p.31).

É na combinação das modalidades relacionadas ao estado de alma dos sujeitos que se encontra o conceito de Paixões, inserido na semiótica. As paixões na teoria são, portanto, resultados de arranjos modais que explicam logicamente os investimentos dos sujeitos, que podem variar em um mesmo texto fazendo novas combinações modais e ocasionando diferentes paixões. Com isso, elas são compreendidas como “uma modulação dos estados do sujeito, provocados pelas modalidades investidas nos objetos (desejável, detestável, temível, etc.) que definem, comovendo-o, o ‘ser’ do sujeito. (Greimas; Courtés, 2008, p. 425).”

A depender de suas configurações, as paixões são classificadas como simples ou complexas. A paixão da ambição, por exemplo, é uma paixão simples porque é fruto da determinação modal *querer ser*, ao passo que a paixão da frustração é complexa, pois compreende uma combinação dos arranjos modais *querer ser e saber não ser* (Barros, 1990, p. 64).

Presentes na organização de sentido do texto, as paixões podem ainda recair sobre a enunciação e sobre o enunciado. Quando relacionadas à enunciação, tem-se o discurso apaixonado, revelado no tom passional presente na composição do próprio texto. Aliadas ao enunciado, as paixões aparecem associadas aos seus actantes, conforme será observado com a análise das notícias, podendo ser lexicalizadas ou apenas pressupostas.

Por isso, no estudo das paixões também entram em jogo a aspectualização e as dimensões de intensidade e de extensidade da semiótica tensiva. Sendo assim, as paixões

[...] ganham uma aspectualização (por exemplo, o remorso diz respeito à ação acabada, enquanto o medo concerne ao não começado; a ira é pontual, enquanto o rancor é durativo); uma temporalização (há paixões voltadas para o passado, como a culpa, ou para o futuro, como o temor) e uma modulação tensiva (há estados patêmicos intensos, como o furor, e extensos, como o enfado: aqueles parece terem objeto bem definido, como acontece com a tristeza, a felicidade, a indignação; estes têm um campo de referência que parece incluir tudo, como no sentimento de culpa, na melancolia, na apatia) (Fiorin, 2007, p.11).

Conforme já foi exposto, a aspectualização na semiótica também recebe um tratamento diferente dos estudos mais frequentes sobre a língua que a observam apenas na esfera do tempo, principalmente expressos pelo verbo. Na teoria, a aspectualização aparece não só relacionada à categoria do tempo, mas ainda à categoria de pessoa e de espaço.

Sem tomar a enunciação como referência, a aspectualização caracteriza-se por ser um procedimento, “a disposição, no momento da discursivização, de um dispositivo de categorias aspectuais mediante as quais se revela a presença implícita de um actante observador” (Greimas; Courtés, 2008, p.39). Desse modo, ela é responsável por transformar, no nível discursivo, as “funções narrativas, de tipo lógico, em processo, graças ao enunciador colocado no enunciado” (Barros, 2001, p.91).

Nesse sentido, a aspectualização no discurso é percebida pela instauração de um observador² que julga o tempo, o espaço e os atores das ações narrativas por um determinado ponto de vista. Cabe ressaltar que, para a semiótica, o narrador e o observador são actantes delegados pelo enunciador e nem sempre atuam em sincretismo.

A análise da aspectualização actorial, interesse maior deste trabalho, volta-se para a avaliação das transformações e das ações dos atores por parte de um observador circunscrito no texto. Como afirma Fiorin,

A aspectualização do ator mostra a ‘qualidade’ da performance. [...] Quem determina a ‘qualidade’ de uma realização é o observador. Cabe lembrar que esse observador não expede um julgamento individual, pois, embora seu ponto de vista diga respeito a uma ação particular de um ator particular, os pontos de vista sobre cada ação são sociais. Numa formação social, não se valorizam apenas as ações, mas também a maneira como elas são realizadas (seu aspecto)” (Fiorin, 1989, p.350).

Dessa maneira, as categorias de julgamento das ações dos atores do enunciado estabelecidas por Fiorin estão centradas na lógica social da gradação que indica se o comportamento foi pautado nas categorias disfóricas do excesso ou da falta, ou na categoria eufórica da justa medida. Não sendo estancos nos julgamentos dos observadores dos textos nem nos juízos feitos entre as diferentes sociedades, a avaliação das categorias de *excesso x falta x justa medida* podem ser discursivizadas de formas variadas, sendo necessário reconhecer o ponto de vista específico do observador instaurado no texto.

São essas categorias relacionadas à aspectualização do ator e à organização das modalidades, como a explicação do encadeamento lógico das narrativas e dos estados de alma dos sujeitos, que serão observadas na análise das notícias retiradas dos jornais online *O Globo* e *O Dia*.

3 A aspectualização actancial em notícias

As duas notícias que são aqui o objeto de estudo foram publicadas nos jornais online *O Globo* e *O Dia*, em 02 de dezembro de 2015, logo após o anúncio da decisão do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aceitar o pedido de impeachment contra a presidente eleita em 2014, Dilma Rousseff. Dada a necessidade de uma divulgação veloz das notícias em jornais de internet, ambas foram publicadas por volta das 18h40, veiculando a informação recente sobre o acolhimento do pedido de impeachment, e atualizadas horas depois com a repercussão da notícia e seus possíveis desdobramentos.³

² O observador, na semiótica, é um “sujeito cognitivo”, instaurado no discurso através da debreagem, o qual pode avaliar os actantes e os programas narrativos. O narrador/narratário são sujeitos explícitos da enunciação enunciada. (Greimas; Fontanille, 2011, p. 327, 347)

³ Para consulta, as notícias estão disponíveis no anexo deste trabalho e acessíveis nos links: <http://oglobo.globo.com/brasil/cunha-aceita-pedido-de-impeachment-contradilma-18202665> e <http://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2015-12-02/eduardo-cunha-aceita-pedido-de-abertura-de-processo-de-impeachment.html>

Por isso, as duas notícias trazem a projeção da fala de Eduardo Cunha com o anúncio de abertura do processo de impeachment e a reação dos petistas e demais políticos a esse comunicado. Os dois textos mostram ainda, através de diferentes enfoques, que a decisão de Cunha sobre o impeachment foi divulgada logo após os deputados petistas votarem a favor do prosseguimento da cassação de seu mandato no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados.

Como é característica do gênero textual, as duas notícias possuem narrador em terceira pessoa que expõe os fatos e dá voz aos atores do enunciado através de discursos direto e indireto. É esse narrador que apresenta as informações que acaba por instaurar seu ponto de vista no texto, estando, nos dois casos, em sincronia com o observador do discurso.

Buscando conferir neutralidade ao texto, diferentes perspectivas sobre o assunto ganham espaço nas notícias. O modo como o observador se instaura em cada discurso e avalia a ação de seus atores do enunciado, todavia, é bastante diferente em *O Globo online* e *O Dia online*.

3.1 A aspectualização do ator na notícia de *O Globo online*

A notícia *Cunha aceita pedido de impeachment contra Dilma* contém duas seções menores que trazem novas perspectivas sobre o assunto principal, adiantado em sua manchete. Das outras partes presentes no texto, uma revela opiniões de outros políticos sobre a atitude de Eduardo Cunha, em “Para aliados, mudança do PT influenciou”, e outra adianta os próximos passos do processo de impeachment, em “Regimento define impeachment”.

Na primeira parte da notícia, entretanto, o posicionamento de Eduardo Cunha direciona todo o percurso argumentativo do texto. Isso porque, dos quatro parágrafos que compõem essa parte da notícia, dois deles reproduzem, por meio do discurso direto, a fala do presidente da Câmara, que avalia sua ação, como pode ser visto no segundo parágrafo:

[...] - Não faço isso por motivação política e rejeitaria (o pedido) se estivesse em desacordo com a lei. É uma decisão de muita reflexão e dificuldade. Nunca na história de um mandato houve tantos pedidos de impeachment. Não tenho nenhuma felicidade no ato que estou praticando (*O Globo online*, 02/12/15)

E ainda nesta passagem, no quarto parágrafo:

[...] - o embasamento disso é única e exclusivamente de natureza técnica. O juízo do presidente da Câmara é única e exclusivamente de autorizar a abertura, e não proferir o juízo de mérito, que será a comissão especial que irá fazê-lo, que poderá acolher ou rejeitá-lo. [...] (*O Globo online*, 02/12/15)

Por meio desses trechos, pode-se perceber que a organização narrativa discursivizada pelo ator Eduardo Cunha, que possibilita a realização da ação, dá ênfase ao seu *dever fazer*. As passagens mostram que, quando analisado no nível narrativo, o sujeito teve sua manipulação para a ação baseada no *dever*, já que é o presidente da Câmara e aceita o pedido por não estar em “desacordo com a lei”, que ele possuía competência (*saber e poder*) para agir – “É uma decisão de muita reflexão e dificuldade” e “O juízo do presidente da Câmara é única e

exclusivamente de autorizar a abertura” –, ainda que não estivesse motivado pelo *querer* – “Não tenho nenhuma felicidade no ato que estou praticando”.

Desse modo, as falas de Eduardo Cunha ilustram sua falta de alternativa para a realização da ação, pois ele *devia, sabia e podia fazer*, mesmo sem *querer fazer*, segundo seu ponto de vista. Ao concretizar esse encadeamento lógico narrativo no discurso, o ator que tem sua voz projetada no texto julga sua ação como eufórica, uma vez que no âmbito político o *dever* e o *saber* são condições mais valorizadas que o *querer* suscitado por interesses pessoais.

Ainda que o discurso direto seja uma estratégia para conferir efeito de neutralidade ao texto e eximir o enunciador de uma tomada de posição, é interessante notar que os outros dois parágrafos, que não reproduzem a fala de Cunha diretamente, ratificam os dizeres do deputado e continuam a apresentar sua opinião através do discurso indireto, “Cunha descartou que a medida seja uma retaliação” (*O Globo online*, 02/12/15- 1º parágrafo) e “Dizendo-se descontente com a decisão que acabava de tomar” (*O Globo online*, 02/12/15- 3º parágrafo).

Isso faz com que toda essa primeira parte do texto seja estruturada através da perspectiva de Eduardo Cunha. Ao enfatizar que a ação teve motivação “técnica” e não “política”, repetindo o “descontentamento” desse ator do enunciado, o narrador, ainda que revestido por um simulacro de imparcialidade, acaba por revelar paridade com o posicionamento de Cunha e também julga sua ação como eufórica, baseada em uma racionalidade, em conformidade com os valores políticos positivos que circulam em sociedade.

Desse modo, tanto o ator do enunciado, ao ter sua voz projetada no texto, quanto o observador, em sincretismo com o narrador circunscrito na notícia, aspectualizam o ator Eduardo Cunha pela justa medida, como aquele que abdica da própria felicidade (“Não tenho nenhuma felicidade no ato”), em prol de suas obrigações políticas.

Esse julgamento deste observador de que Cunha age na justa medida fica evidente também no detalhamento do porquê do pedido – “[...] São 22 páginas de parecer [...] traz a edição de decretos sem número no montante de R\$ 2,5 bilhões” –, e na cobrança que o deputado vinha sofrendo – “[...] foi cobrado inúmeras vezes para que se posicionasse a respeito dos 34 pedidos de impeachment que chegaram a suas mãos” (*O Globo online*, 02/12/15).

É curioso observar ainda que, embora já no subtítulo o texto se refira a uma possível retaliação, descartada pelo presidente da Câmara (“Presidente da Câmara descarta retaliação”), o motivo que despertaria uma represália por parte de Eduardo Cunha só é explicado na segunda parte da notícia, com o título “Para aliados, mudança do PT influenciou”. Dessa maneira, a primeira e maior parte do texto destina-se apenas a esclarecer e ratificar, sob o ponto de vista do deputado, as razões que o levaram a aceitar o pedido de impeachment.

Toda a extensão de um enunciado que expõe somente uma perspectiva está longe de concretizar a neutralidade jornalística. Contudo, na tentativa de simular a objetividade exigida pelo gênero, o enunciador dá lugar, no primeiro parágrafo desse bloco principal da notícia, à resposta do ator Dilma para a ação de Cunha. A fala de Dilma aparece, no entanto, em discurso indireto, restrita a um período apenas durante todo o texto, e também não aponta para um motivo que não seja

de “natureza técnica” para a abertura do processo: “Em breve pronunciamento no Palácio do Planalto nesta noite, Dilma disse que reagiu com ‘indignação’ ao pedido e, sem citar o nome de Cunha, afirmou que não possui ‘conta no exterior’.” (*O Globo online*, 02/12/15)”

O contraste entre o espaço destinado ao dizer do ator Cunha, inclusive em discurso direto, e à voz do ator Dilma, em discurso indireto, é bastante perceptível no texto e acaba por se repetir no subitem da notícia. Parte voltada a apresentar outros posicionamentos sobre o assunto desenvolvido no texto, inclusive como estratégia de conferir neutralidade ao sujeito da enunciação, essa seção expõe opiniões de “aliados” de Cunha, mostrando, mais uma vez, a escolha da perspectiva pela qual a notícia está construída.

Como já foi dito, nessa parte, a ação de Cunha aparece como uma resposta ao fato de os deputados do PT, partido de Dilma, terem votado contra ele no processo de cassação de seu mandato (“A opção de Cunha de abrir o processo de impeachment levou em conta, *segundo aliados*, o posicionamento do PT durante o dia”). Essa avaliação de que sua ação não foi pautada apenas em razões de “natureza técnica” é, entretanto, delegada na notícia aos companheiros do deputado, não sendo assumida pelo enunciador do texto. Percebe-se, assim, que os “aliados” de Cunha o julgam pelo excesso, já que o consideram levado pela intensidade de uma paixão (do ressentimento, da raiva), e analisam sua ação como uma vingança pessoal, e não pela justa medida. Sua ação então é vista como manifestação de um *querer* pessoal, disfórica na política de acordo com um observador social, em consequência do procedimento do PT.

Novamente, em apenas um parágrafo, dos cinco que compõem essa seção da notícia, a posição do PT é exposta: “A reação no PT foi imediata [...] No plenário da Câmara, a atitude foi classificada como ‘revanchismo’”. Com isso, esse observador, mais uma vez, confere maior destaque à perspectiva de Eduardo Cunha e de seus aliados e acaba por não atingir a neutralidade esperada pelo leitor do jornal, reafirmando seu posicionamento no decorrer de toda a notícia.

Dessa forma, o próprio enunciador não consegue aspectualizar sua enunciação pela justa medida. Ao narrar o texto enfatizando o posicionamento de um dos atores do enunciado, mesmo apresentando opiniões contrárias, o enunciador revela-se no texto, fazendo com que toda sua argumentação seja estruturada de acordo com um ponto de vista que julga as ações e os atores do enunciado.

3.2 A aspectualização do ator na notícia de *O Dia online*

A notícia *Abandonado pelo PT, Cunha acata impeachment de Dilma Rousseff*, do jornal *O Dia online*, é estruturalmente bastante parecida, já que pertence ao mesmo gênero textual, com a notícia de *O Globo online* que acaba de ser analisada, apresentando também um subitem, “Oposição deve salvar presidente da Câmara”. A perspectiva utilizada na aspectualização actorial, entretanto, é bem diferenciada.

Já no título, o enunciador discursiviza o adjetivo “abandonado”, atribuindo-o ao ator Eduardo Cunha. Essa descrição antecipa todo direcionamento argumentativo do texto, mostrando a ação de Cunha, que se sentiu “abandonado”, como uma sanção ao PT por votarem pelo prosseguimento do processo de cassação de seu

mandato.

Esse ponto de vista de avaliar os acontecimentos narrados no texto pelo prisma de uma retaliação por parte do presidente da Câmara é repetido no subtítulo da notícia, “Anúncio aconteceu após os petistas decidirem votar a favor da cassação do deputado peemedebista”. Desse modo, o *querer*, motivado pela decepção do “abandono”, e o *poder*, inerente ao cargo político de Cunha, aparecem em destaque na sua ação, o que não está em consonância com o que é socialmente esperado de um político em uma democracia.

Analisando as condições prévias necessárias para a realização da ação por parte do presidente da Câmara, percebe-se compatibilidade entre as modalidades do nível narrativo. O sujeito figurativizado por Cunha *quer, deve, sabe e pode fazer*, garantindo a performance narrativa – no caso, o início do regimento de impeachment contra Dilma.

É interessante atentar para o fato de que, por várias vezes, a atitude de Cunha como consequência dos votos petistas contra ele é reiterada no texto, como pode ser visto pelos termos destacados em:

Horas depois da decisão do PT de votar contra ele no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, o presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), anunciou que aceitou o pedido de impeachment da presidenta Dilma Rousseff formulado pelos juristas [...] (O Dia online, 02/12/15)

E em: “A ação de Cunha foi considerada uma *represália* à decisão da bancada dos deputados federais petistas de votar pelo prosseguimento da cassação de seu mandato [...]. (O Dia online, 02/12/15)”

O segundo trecho reproduzido apresenta ainda outro fato linguístico instigante que contribui para o entendimento do percurso argumentativo criado na notícia desde seu título. Ao utilizar uma construção passiva sem concretizar o sujeito agente dessa oração, “A ação de Cunha *foi considerada* uma *represália*”, entende-se que houve um compartilhamento da opinião de que a ação foi realmente uma retaliação, uma “*represália*”. Com isso, o enunciador não atribui essa convicção a uma pessoa ou a um grupo específico, mas sugere que é uma ideia generalizada.

Assim, o enunciador, ainda que implicitamente, mostra a paixão da vingança impulsionando Cunha em seu agir. Entendida como uma paixão complexa e mais extensa no tempo, a paixão da vingança envolve uma confiança rompida, interpretada pelo sujeito como uma quebra de acordo firmado, ainda que o compromisso seja imaginário. Nas palavras de Barros (2001),

O desejo de vingança ou de revolta, causado pela violência da ofensa, representa-se, na estrutura modal, pelo /poder-fazer/ (GREIMAS, 1981b, p. 21). O sujeito do estado torna-se, portanto, sujeito competente para o fazer, isto é, instaurado pelo /querer-fazer/ e atualizado pelo /poder-fazer/. O querer fazer mal a alguém tem, assim, a possibilidade (poder-fazer) de transformar-se em vingança ou revolta. O /poder-fazer/ é a forma de o sujeito ofendido auto-afirmar-se, graças à possibilidade de destruição do ofensor. (Barros, 2001, p. 67, grifos do autor)

O que se percebe, então, é que Cunha contava com o apoio do PT na votação sobre o processo de cassação de seu mandato. Com a decepção sofrida por terem os petistas votado contra ele, não cumprindo o que era por ele esperado, Cunha,

de acordo com a notícia de *O Dia online*, reage para recuperação do agravo sofrido por meio do *querer fazer mal*. Esse desejo de vingança, aliado ao seu *poder fazer*, já que era o presidente da Câmara, alguém com competência para aceitar ou negar o pedido de impeachment, permite que Cunha realize a performance de sua vingança. Por isso, é discursivizado, através de repetidas afirmações de que sua ação foi uma sanção, como um sujeito vingativo.

Essa característica mais passional atribuída ao presidente da Câmara é confirmada em outro trecho do texto em que o enunciador mostra a celebração de Eduardo Cunha com o início do processo de impeachment, enfatizando o seu *querer fazer mal*.

Mas se na entrevista coletiva o presidente da Câmara teve uma postura comedida, nas redes sociais ele comemorou a abertura do processo de impeachment. Na publicação do Facebook e no Twitter, Cunha disse que “as manifestações populares não foram em vão”. “Atendendo ao pedido das ruas, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, acolheu o pedido de impeachment”, escreveu. (*O Dia online*, 02/12/15)

Por meio de todos esses recursos textuais, o observador, que está em sincretismo com o narrador na notícia, evidencia seu julgamento a respeito do ator Eduardo Cunha. Longe de uma perspectiva da justa medida esperada por um político, o observador aspectualiza esse ator pelo excesso, como alguém que abusa do poder de seu cargo público para repreender e se vingar de quem não atende às suas vontades.

Esse comportamento excessivo, concretizado também pela paixão da vingança, ganha destaque em toda a enunciação, que opta ainda por destacar até no subitem da notícia como a ação de Cunha o pode beneficiar, mostrando, mais uma vez, que seu *querer* pessoal prevalece. Em “Oposição deve salvar presidente da Câmara”, fica claro que há a possibilidade de mudança de posicionamento de partidos em relação ao processo de Eduardo Cunha pelo fato de ele ter aceito o pedido de impeachment de Dilma Rousseff, como consta nas passagens:

Com a deflagração do processo de impeachment contra Dilma Rousseff, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), deverá ser *salvo* da cassação do Conselho de Ética.

A avaliação é que, agora, o DEM e o PTB vão apoiar o arquivamento do processo. [...]

Em troca, Cunha aposta que o líder do PSDB na Câmara, deputado Carlos Sampaio (SP), vai convencer os dois deputados tucanos no Conselho a *mudar de posição* e a votar pelo engavetamento do pedido de cassação.

Com isso, percebe-se que os atores representados pelos demais políticos do DEM, PTB e PSDB também são aspectualizados discursivamente pelo excesso. Isso porque o enunciador mostra suas ações como resultado de barganha, de consequência de outra ação, sem considerar o que é realmente adequado e defendido pelas leis democráticas do país.

Cabe ressaltar, todavia, que o ator Eduardo Cunha ganha voz no texto. Como estratégia de gerar neutralidade jornalística, trechos da entrevista do presidente da Câmara após seu anúncio são reproduzidos por discurso direto e indireto na notícia, como em:

Segundo Cunha, a decisão de acatar o pedido de impeachment foi de “natureza técnica”. “O juízo do presidente da Câmara é única e exclusivamente de mérito. A mim, não tenho nenhuma felicidade de aprovar este ato”, afirmou Cunha, em entrevista coletiva. “Infelizmente não consegui encontrar alguém que desmontasse a tese aceita hoje.” Para o presidente da Câmara, Dilma Rousseff cometeu crime de responsabilidade [. . .] “O processo seguirá seu curso normal, com direito à defesa”

Nessas passagens, a projeção da fala de Cunha, assim como na notícia de *O Globo online*, tem o objetivo de ressaltar sua ação como necessária e não como uma sanção motivada por interesses pessoais, exibindo seu *saber, poder e dever fazer* o acatamento do impeachment, mesmo com um *não querer fazer*, “[...] não tenho nenhuma felicidade em aprovar este ato”.

Como percebido em relação ao primeiro texto aqui analisado, ao discursivizar sua performance como disfórica, por deixá-lo “infeliz”, o ator Eduardo Cunha se aspectualiza pela justa medida. Sua fala concretiza a coerência do seu ato e sua necessidade de não agir pela falta, sendo omissivo, uma vez que há, segundo ele, muitas provas contra a presidente – “não consegui alguém que desmontasse a tese” de pedido de impeachment – e que não o fez pelo excesso, em proveito de seu cargo, já que demonstra não ter “felicidade em aprovar este ato”.

Ao pontuar outro ponto de vista para a ação, o enunciador não só simula um efeito de objetividade no texto, mas também impõe à enunciação uma aspectualização baseada na justa medida. Mostrando-se competente (*sabe e pode*) para falar sobre o assunto, o enunciador projeta um narrador que age com base nessa categoria eufórica da justa medida, parecendo estar, dessa forma, em conformidade com a neutralidade jornalística.

Contudo, o que se percebe é que, embora dê espaço a uma voz diferente, o julgamento negativo, disfórico, sobre a ação de Cunha, que recebe destaque já no título da notícia, é reiterado em diversas partes do texto, como se viu anteriormente.

Portanto, nota-se que a notícia apenas tem um simulacro de impessoalidade e de neutralidade. O ponto de vista do observador, a partir de cujo saber as ações são narradas, evidenciam o juízo feito sobre os atores do enunciado.

Nesse sentido, ao avaliar as ações do ator Eduardo Cunha e dos demais partidos políticos citados pelo excesso, como acontece nessa notícia de *O Dia online*, o narrador deixa clara sua perspectiva e apenas simula um dizer na justa medida, uma vez que constrói um texto deixando suas marcas no enunciado, como é característico de todo e qualquer discurso.

4 Considerações finais

A partir da leitura e da análise das duas notícias, pode-se perceber como a aspectualização actorial influencia na orientação argumentativa do texto, acabando por imprimir no discurso certo ponto de vista. Sendo textos pertencentes ao mesmo gênero, abordando um assunto igual e publicados praticamente ao mesmo tempo, as notícias de *O Globo online* e *O Dia online* exemplificam concretamente de que maneira a presença de um observador, própria a qualquer discurso, não permite a existência de um texto neutro.

Ao narrarem um fato político que envolve pessoas públicas, as notícias analisadas figurativizam como protagonista um ator já socialmente conhecido. Além disso, os textos compartilham dos mesmos julgamentos sociais em relação ao que é eufórico e disfórico no campo político. Nesse sentido, as duas notícias concordam que a justa medida de um político brasileiro está em suas ações se basearem na legalidade em benefício do povo, ainda que seja necessário se abster de vontades pessoais e se desagradar com certos cenários.

Embora partilhando dos mesmos valores para julgar a justa medida, os textos aspectualizam o protagonista por categorias e foras distintas. Como se viu, ao passo que a notícia *Cunha aceita pedido de impeachment contra Dilma* avalia o comportamento de Eduardo Cunha pela justa medida, a notícia *Abandonado pelo PT, Cunha acata impeachment de Dilma Rousseff* aspectualiza esse mesmo ator pelo excesso.

O que se buscou observar, portanto, foram os variados recursos linguísticos e textuais utilizados para a construção de sentido de cada texto. Ainda que com posicionamentos opostos em relação à avaliação de um actante concretizado pela mesma figura, nenhum dos textos é incoerente ou ineficaz na comunicação. Ao contrário, ambas notícias possuem significação bem estruturada, apesar de apresentarem direcionamentos argumentativos inversos.

Desse modo, procurou-se demonstrar que mesmo um gênero com pretensões à objetividade não consegue esconder as marcas deixadas por um enunciador presente em todo e qualquer texto. Mais que isso, esse estudo objetivou apontar de que maneira conhecer e averiguar as categorias semióticas relacionadas à aspectualização possibilita compreender o próprio texto e os elementos utilizados em seu processo de construção de sentido. ●

Referências

BARROS, Diana L. P. de. *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. São Paulo: Humanitas, 2001.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Interações em anúncios publicitários. In: PRETI, Dino (org). *Interação na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2002, p. 25-53.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. A publicidade na cidade: construção e transformação de sentidos. In: MATTE, Ana Cristina Fricke (org). *Lingua(gem), texto, discurso: entre a reflexão e a prática*. Volume ii. São Paulo: Lucerna, 2006, p. 215-228.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Paixões e apaixonados: exame semiótico de alguns percursos*. Cruzeiro semiótico, Porto: Associação Portuguesa de Semiótica, 1989-1990, pp. 11-12, 60-73.

DISCINI, Norma. *O estilo nos textos*. São Paulo: Contexto, 2004.

DISCINI, Norma. Ator, aspecto e estilo. In: *Estudos Linguísticos XXXV*. São Paulo: GEL/UNESP, 2006, p. 1544-1553. Disponível em: <<http://gel.locaweb.com.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2006/sistema06/883.pdf>> Acesso em: 10 de julho 2016.

FIORIN, José Luiz. A lógica da neutralidade: um caso de aspectualização do ator. In: *Estudos Linguísticos XVIII, 1989, Lorena, São Paulo. Anais... Lorena*. São Paulo: Prefeitura Municipal de Lorena, 1989, pp. 348-355.

FIORIN, José Luiz. A Semiótica discursiva. In: *Análises do discurso hoje*. São Paulo: Nova Fronteira, 2008, p. 21-44.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação*. São Paulo: Ática, 1996.

FIORIN, José Luiz. Paixões, afetos, emoções e sentimentos. In: *Casa: Cadernos de Semiótica Aplicada*. São Paulo: UNESP, v. 5, n. 2, dez. 2007.

FONTANILLE, Jacques. As modalidades. In: *Semiótica do discurso*. São Paulo: Contexto, 2007.

GOMES, Regina Souza. A Modalização em Reportagens Jornalísticas. In: *Diadorim: revista de Estudos Linguísticos e Literários*. Rio de Janeiro: UFRJ, Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas, n. 4, 2008.

GOMES, Regina Souza. Uma abordagem semiótica da modalização na mídia impressa. In: *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, n. 5, Edições Colibri/ clunl, Lisboa, 2010, p. 195-212.

GOMES, Regina Souza. Aspectualização em poesias eletrônicas. In: Jean Crist-tus Portela; Waldir Bevidas; Ivã Carlos Lopes; Matheus Nogueira Schwartzmann. (Org.). *Semiótica: identidade e diálogos*. 1ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012a, v. 1, p. 165-180.ed.

GOMES, Regina Souza. Aspectualização e modalização no jornal: expectativa e acontecimento. *Estudos Semióticos*. [on-line] Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dl/semiótica/es>>. Editores responsáveis: Francisco E. S. Merçon e Mariana Luz P. de Barros. Volume 8, Número 2, São Paulo, Novembro de 2012b, p. 11-20. Acesso em: 10 de julho 2016.

GOMES, Regina Souza (org). *Aspectualização pela análise de textos*. Rio de Janeiro, 2014.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Contexto, 2008.

ZILBERBERG, Claude. Síntese da Gramática Tensiva. In: *Significação: Revista Brasileira de Semiótica*, n. 25. São Paulo: Annablume, 2006.

Anexos

Anexo 1: Notícia O Globo online:

CUNHA ACEITA PEDIDO DE IMPEACHMENT CONTRA DILMA

Presidente da Câmara descarta retaliação e diz que decisão é de 'natureza técnica'

POR CHICO DE GOIS E LETÍCIA FERNANDES
02/12/2015 18:40 / ATUALIZADO 02/12/2015 21:40

BRASÍLIA — O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), anunciou na noite desta quarta-feira que vai abrir o processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. O pedido, feito pelos juristas Miguel Reale Júnior, Hélio Bicudo, Janáina Paschoal e Flávio Costa, foi protocolado por líderes da oposição em outubro. O documento baseia-se nas pedaladas fiscais, que, segundo o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), se repetiram em 2015. Cunha descartou que a medida seja uma retaliação e afirmou que a decisão é de "natureza técnica". Em breve pronunciamento no Palácio do Planalto nesta noite, Dilma disse que reagiu com "indignação" ao pedido e, sem citar o nome de Cunha, afirmou que não possui "conta no exterior".

— Quanto ao pedido formulado pelo doutor Hélio Bicudo e advogados que o acompanham, contra esse proferi a decisão com o acolhimento da denúncia. São 22 páginas de parecer levados à publicação hoje, trata-se da argumentação de 2014, porém, a argumentação para o ano de 2015 traz a edição de decretos sem número no montante de R\$ 2,5 bilhões que foram editados em descumprimento à lei orçamentária — afirmou Cunha. — Não faço isso por motivação política e rejeitaria (o pedido) se estivesse em desacordo com a lei. É uma decisão de muita reflexão e dificuldade. Nunca na história de um mandato houve tantos pedidos de impeachment. Não tenho nenhuma felicidade no ato que estou praticando.

Dizendo-se descontente com a decisão que acabava de tomar, o presidente da Câmara começou sua fala lembrando que, durante os dez meses em que está à frente da presidência, foi cobrado inúmeras vezes para que se posicionasse a respeito dos 34 pedidos de impeachment que chegaram a suas mãos. Cunha já havia rejeitado 27 deles, e hoje acatou um e rejeitou outros quatro. Ainda há dois pedidos pendentes de análise. Cunha disse que, por, na sua opinião, Dilma ter cometido crime de responsabilidade, a aprovação do projeto de lei que muda a meta fiscal de 2015 — ocorrida em sessão do Congresso Nacional nesta tarde — não corrige a irregularidade cometida. No texto da nova meta fiscal, o governo incluiu na conta as chamadas pedaladas.

— Mesmo o PLN5 aprovado e sancionado, não supre a irregularidade de ter sido editada a norma em afronta à lei orçamentária. O embasamento disso é única e exclusivamente de natureza técnica. O juízo do presidente da Câmara é única e exclusivamente de autorizar a abertura, e não de proferir o juízo de mérito, que será a comissão especial que irá fazê-lo, que poderá acolher ou rejeitá-lo. E o processo seguirá o seu curso — afirmou Cunha.

PARA ALIADOS, MUDANÇA DO PT INFLUENCIOU

A opção de Cunha de abrir o processo de impeachment levou em conta, segundo aliados, o posicionamento do PT durante o dia. Aliados de Cunha afirmaram que o presidente da Câmara se sentiu enganado, uma vez que, pela manhã, o Palácio do Planalto havia acenado que o PT estaria unido a ele. À tarde, no entanto, os representantes do partido no Conselho de Ética afirmaram que votariam pela admissibilidade do processo contra Cunha dentro do Conselho.

O presidente da Câmara vai constituir uma comissão especial para avaliar o impeachment. Cunha também vai estudar a possibilidade de suspender o recesso parlamentar apenas para que a comissão funcione.

Aliados de Cunha também disseram que estão convictos de que, com a ação do presidente, ele vai reverter os votos do PSDB e do DEM no Conselho de Ética. O PSDB tem uma reunião de emergência marcada para esta quarta-feira para falar sobre o assunto.

A reação no PT foi imediata. O deputado Wadiah Damous (PT-RJ) afirmou que vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão de Cunha. Segundo ele, o presidente da Câmara desrespeitou o rito definido para estes casos. No plenário da Câmara, a atitude foi classificada como "revanchismo" e "golpe". No Twitter, o presidente da sigla, Rui Falcão, afirmou: "Golpistas não passarão. Não vai ter golpe. Dilma fica".

O jurista Miguel Reale Júnior, um dos autores do pedido, disse que Cunha "escreve certo por linhas tortas" e que sempre usou o impeachment como "instrumento de barganha". Já os líderes da oposição comemoraram a decisão do presidente da Câmara.

REGIMENTO DEFINE IMPEACHMENT

O Artigo 218 do Regimento Interno da Câmara define os passos do processo de impeachment:

- Do recebimento da denúncia será notificado o denunciado para manifestar-se, querendo, no prazo de dez sessões.
- A Comissão Especial se reunirá dentro de quarenta e oito horas e, depois de eleger seu Presidente e Relator, emitirá parecer em cinco sessões contadas do oferecimento da manifestação do acusado ou do término do prazo previsto no parágrafo anterior, concluindo pelo deferimento ou indeferimento do pedido de autorização.
- O parecer da Comissão Especial será lido no expediente da Câmara dos Deputados e publicado na íntegra, juntamente com a denúncia, no Diário da Câmara dos Deputados e avulsos.
- Decorridas quarenta e oito horas da publicação do parecer da Comissão Especial, será o mesmo incluído na Ordem do Dia da sessão seguinte.
- Encerrada a discussão do parecer, será o mesmo submetido a votação nominal, pelo processo de chamada dos Deputados.
- Será admitida a instauração do processo contra o denunciado se obtidos dois terços dos votos dos membros da Casa, comunicada a decisão ao Presidente do Senado Federal dentro de duas sessões.

(Colaboraram Cristiane Jungblut, Isabel Braga, Sílvia Amorim e Sérgio Roxo)

Anexo 2: Notícia O Dia online:

ABANDONADO PELO PT, CUNHA ACATA PEDIDO DE IMPEACHMENTE CONTRA DILMA ROUSSEFF

Anúncio aconteceu após os petistas decidirem votar a favor da cassação do deputado peemedebista

O DIA-02/12/15- 18:44. Atualizada às 00:34, de 03/12/15.

BRASÍLIA – Horas depois da decisão do PT de votar contra ele no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, o presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), anunciou que aceitou o pedido de impeachment da presidenta Dilma Rousseff formulado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal com o apoio dos partidos de oposição. Agora, será formada comissão especial integrada por deputados para analisar se a petista realmente cometeu crimes.

A ação de Cunha foi considerada uma represália à decisão da bancada de deputados federais petistas de votar pelo prosseguimento da cassação de seu mandato. O peemedebista é alvo de processo de cassação no Conselho de Ética da Câmara. Pela quarta vez, o Conselho adiou a votação que irá decidir se o processo seguirá adiante ou será arquivado. A próxima reunião do Conselho está marcada para terça-feira que vem, dia 8.

INFOGRÁFICO: Entenda o que acontece a partir da abertura do rito de impeachment

Cunha contou que assinou à tarde o pedido de abertura de impeachment com base na tese de que Dilma cometeu crime de responsabilidade fiscal no atual mandato ao editar decretos de abertura de crédito sem autorização que somam R\$ 2,5 bilhões. O presidente da Câmara rejeitou os outros quatro pedidos de afastamento da presidenta por problemas formais.

Segundo Cunha, a decisão de acatar o pedido de impeachment foi de “natureza técnica”. “O juízo do presidente da Câmara é única e exclusivamente de mérito. A mim, não tenho nenhuma felicidade de aprovar este ato”, afirmou Cunha, em entrevista coletiva. “Infelizmente não consegui encontrar alguém que desmontasse a tese aceita hoje.”

Para o presidente da Câmara, Dilma Rousseff cometeu crime de responsabilidade e, por isso, a aprovação do projeto de lei que muda a meta fiscal de 2015 — ocorrida em sessão do Congresso Nacional à tarde — não corrige a irregularidade cometida. O texto da nova meta fiscal permite que o governo possa registrar um déficit de R\$ 119 bilhões este ano, com o pagamento das chamadas “pedaladas fiscais.

O presidente da Câmara disse que havia 34 pedidos de impeachment e que ele rejeitou todas as denúncias que tratavam de fatos ocorridos em 2014. Antes, ele já havia rejeitado 27 deles, e hoje acatou um e rejeitou outros quatro. Ainda há dois pedidos pendentes de análise. “Meu posicionamento sempre foi não considerar atos de mandato anterior”, explicou. “O processo seguirá seu curso normal, com direito à defesa.”

Mas se na entrevista coletiva o presidente da Câmara dos Deputados teve uma

postura comedida, nas redes sociais ele comemorou a abertura do processo de impeachment. Na publicação do Facebook e no Twitter, Cunha disse que “as manifestações populares não foram em vão!” “Atendendo ao pedido das ruas, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, acolheu o pedido de impeachment”, escreveu.

As manifestações populares que ocorreram no Brasil inteiro - em 15 de março, 12 de abril e 16 de agosto - não foram em vão!- Eduardo Cunha no facebbok

Oposição deve salvar presidente da Câmara

Com a deflagração do processo de impeachment contra Dilma Rousseff, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), deverá ser salvo da cassação no Conselho de Ética.

A avaliação é que, agora, o DEM e o PTB vão apoiar o arquivamento do processo. E para atrair os votos dos deputados federais do PSDB, o peemedebista fez questão de acolher o pedido apoiado pelo partido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Jr e Janaína Paschoal.

Em troca, Cunha aposta que o líder do PSDB na Câmara, deputado Carlos Sampaio (SP), vai convencer os dois deputados tucanos no Conselho a mudar de posição e a votar pelo engavetamento do pedido de cassação.

Os petistas classificaram a atitude de Cunha como “revanchismo” e “golpe”. No Twitter, o presidente da sigla, Rui Falcão, afirmou: “Golpistas não passarão. Não vai ter golpe. Dilma fica”.

Dados para indexação em língua estrangeira

Paquieli, Caroline da Silva

Aspectualization of the actor in journalistic discourse

Estudos Semióticos, vol. 14, n. 2 (2018)

ISSN 1980-4016;

Abstract: *This article intends, firstly, to approach the usage of the concept of aspectualization of the actor, used by French semiotics (or Greimasian), in the argumentative direction of a journalistic text. Thus, this paper aims at analyzing the types of presence of the speech enunciator through the projections of the judgments made to the actions of the actors of the speech. The conceptions and theoretical foundations used are based on the categories of excess x lack x fair measure, established by Fiorin (1989), through the contributions on aspectualization already performed by Greimas and Courtés (2008), as well as in researches done by Discini (2006) and by Gomes (2012a; 2012b, 2014). This article also aims at demonstrating the interrelation between modalization and aspectualization, and their argumentative effects in the text. However, the analysis of the concept of aspectualization of the actor is not restricted to the discursivization of the modal stages of the narrative structures. On the contrary, the aspectualization of the actor in the statement reaches, in this article, a wider and more discursive perspective when it is also ascertained through the influence of the passions and tense categories, proposed by Zilberberg (2006). Thus, in analyzing two pieces of news regarding the request for impeachment of Dilma Rousseff made by the former president of the House of Representatives, Eduardo Cunha, published in different online newspapers, this paper aims at examining how the aspectual mechanisms work in the construction of texts and mark their subjectivity.*

Keywords: *Aspectualization of the actor; Semiotics Theory; Discourse*

Como citar este artigo

Paquieli, Caroline da Silva. Aspectualização do ator no discurso jornalístico. *Estudos Semióticos*. [on-line] Disponível em: (www.revistas.usp.br/esse). Editores Responsáveis: Ivã Carlos Lopes e José Américo Bezerra Saraiva. Volume 14, Número 2, São Paulo, julho de 2018, p. 74–86. Acesso em “dia/mês/ano”.

Data de recebimento do artigo: 09/11/2017

Data de sua aprovação: 16/01/2018
